

Juiz determina depósito judicial de reajuste dos planos Unimed

O juiz Marcos Asséf do Vale Depes, da 7ª Vara Cível de Vitória, determinou reajustes de 29,19% e 59,68% nos contratos Uniplan e Vitoriamed retroativos a julho de 2013, sendo 9% pagos diretamente à Unimed e o restante depositado em juízo. As parcelas mensais, nestes casos, devem ser pagas regularmente pela Adufes para que a entidade não sofra represálias por ordem judicial.

O depósito consignado em juízo garante aos docentes/usuários dos planos Uniplan e Vitoriamed o ressarcimento futuro de valores pagos a mais, em caso de constatação de aumento indevido.

Diante da decisão do juiz que alterou a liminar que determinava somente a aplicação do reajuste autorizado pela ANS, o sindicato, através da Assessoria Jurídica, ingressou ime-

diatamente com Recurso - Agravo de Instrumento - junto o Tribunal de Justiça (TJ) que foi distribuído ao desembargador Samuel Meira Brasil. "Por entender que a Unimed não apresentou qualquer documento que possa modificar os que já estão no processo, acreditamos que o TJ possa revogar a atual decisão, retornando a anterior, que sem dúvida é mais benéfica aos usuários", ressalta o advogado da Adufes, Jerize Terciano de Almeida.

A Adufes lembra que a Unimed já havia ingressado antes com diversos recursos tentando revogar a decisão inicial do juiz. No entanto, o TJ sempre negou os pedidos. "Assim, esperamos que o Tribunal ao analisar nossos argumentos reveja a última decisão do juiz, o que evitará onerar ainda mais os docentes, cujos gastos não são poucos", diz



Foto: SXC.hu

O reajuste vale para o período de julho de 2013 a julho de 2014.

o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Segundo o professor Rocha, em 2012, quando a Unimed aplicou - e com atraso - o reajuste anual das mensalidades, cobrando as diferenças de julho, agosto e setembro de uma só vez, o sindicato optou por pagar a despesa e cobrar de forma parcelada dos docentes.

"Desta vez, no entanto, o valor é alto e o sindicato não tem como absorver esse gasto", esclarece Rocha. O presidente aproveita para lembrar sobre a importância do pagamento em dia. "Isso assegurará o acesso de todos aos serviços contratados e evitará riscos de cobrança judicial futura", avisa.

Entenda o processo de negociação com a Unimed

As divergências com a Unimed se acentuaram em 2011, quando a operadora pediu reajuste de mais 30% nas mensalidades. Diante das dificuldades de negociação, a Unimed ameaçou cancelar o contrato. Frente à iminência de perder os benefícios do plano de saúde, a Adufes entrou

com ação na justiça, obtendo sentença liminar que garantiu a manutenção do plano. "A liminar autorizou a Unimed a reajustar o contrato no limite do índice divulgado anualmente pela ANS", diz o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Diante da recusa da Uni-

med em aplicar apenas o índice, as mensalidades de 2011 ficaram sem reajuste.

Em 2012, a operadora optou por aplicar o percentual da ANS (7,93%). Em 2013, audiências de conciliação foram realizadas, mas sem chegar a um acordo. Assim, a Adufes aguarda que a Jus-

tiça se manifeste, a qualquer momento, a favor da categoria. "A Adufes não medirá esforços para ingressar com todas as medidas judiciais necessárias visando estabelecer um reajuste justo para os contratos que têm com a Unimed", conclui o presidente do sindicato.

Órgão da repressão da ditadura funcionou dentro da Ufes

Durante os anos de chumbo da ditadura militar, a Universidade Federal do Espírito Santo abrigou a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), órgão ligado ao Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Divisão de Segurança e Informação (DSI) do MEC. Ligada ao SNI de Vitória, a Aesi/Ufes funcionou inicialmente no prédio da Fafi, centro de Vitória, sendo transferida depois para o conhecido "Castelinho", prédio da antiga reitoria, entre os anos de 71/83.

"A partir de 1983, o órgão mudou de nome, se tornando uma delegacia do MEC, e só em 1986 foi extinto", relata o professor do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em História, Pedro Ernesto Fagundes, que compõe o grupo da Comissão da Verdade (CV) da Ufes. Segundo o professor, a AESI monitorava tudo que acontecia dentro da universidade, desde os livros que circulavam na biblioteca até os discursos de paraninfo de turmas de formandos. "O órgão levantava informações sobre as atividades administrativas e acadêmicas da universidade, inclusive a contratação de professores", diz.

Viagens negadas. Até viagens dos docentes para estudos e aperfeiçoamentos só eram feitas mediante autorização. Muitos, inclusive, tiveram seus pedidos de viagem recusados. Esse é o caso do professor Carlos Sala, 74 anos, que teve sua viagem para Itália negada por ter pertencido à União Estudantil de Estudantes (UEE/ES) nos idos dos anos 1960. Na época, ele cursava Medicina,



Documentos importantes do período da ditadura foram encontrados abandonados em vários locais da universidade.

chegou a ser convocado para prestar depoimento no exercício, e teve sua ficha enviada para os órgãos de informação.

Em 1968, ele retornou à Ufes como docente e como *persona non grata* foi proibido de deixar o país. "Apesar da ordem expressa do governo, viajei assim mesmo. Por sorte a polícia não me abordou no aeroporto, muito menos na volta", lembra. E ele ressalta, em seguida, "estava com a consciência tranquila. Apesar de todo controle, não fui tão procurado quantos outros colegas. Anos difíceis aqueles", recorda.

Funcionamento. A Comissão da Verdade foi instalada em março com a missão de descobrir e resgatar os fatos relacionados às graves violações dos direitos humanos durante o período da ditadura militar (1964-1985), com especial atenção aos fatos decorrentes do regime de 1964. Composta por 11 integrantes, sendo um deles a professora e diretora da Adufes, Bernardete Gomes Mian, a CV tem dois grupos de trabalho (GT). Um está responsável pelas entrevistas. O outro, pela recuperação do acervo.

"O que se dizia é que a Ufes

não tinha mais nenhum documento da época, inclusive por causa de um grande incêndio que teria queimado tudo. Já encontramos 1100 páginas de documentos importantes do período", comemora o professor Pedro Ernesto.

Varredura. E encontrar todo o material da época não tem sido uma tarefa fácil. A maior parte do acervo já em poder da comissão estava debaixo de escadas, em banheiro desativado no prédio da reitoria e até no forro do teto de um dos prédios do CSS. "O material nos mostra que houve muita censura na universidade, principalmente com a circulação de ideias e de conhecimentos", ressalta Bernardete Gomes Mian, dire-

tora da Adufes.

Todo o trabalho de pesquisa deve ser concluído em dois anos. Ao final, será elaborado relatório mostrando como o cotidiano da Ufes foi afetado durante os 21 anos da ditadura. Sete pessoas (técnico-administrativos, docentes e ex-estudantes), já foram ouvidos até agora. Mas a CV espera novos depoimentos.

Comissão Nacional. A apuração da CV da Ufes poderá servir de subsídio para o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que esteve no Espírito Santo no mês passado. Além de várias audiências públicas, a CNV se reuniu com as comissões locais. Os encontros serviram para traçar formas de cooperação mútua.



A diretora da Adufes, Bernardete Gomes Mian, faz parte Comissão da Verdade da Ufes.

Adufes e outros sindicatos vão às ruas contra retirada de direitos

A concentração dos manifestantes ocorreu em frente à Findes, na Reta da Penha, onde a avenida foi bloqueada. O acesso a 3ª ponte em Vila Velha foi interditado e o porto de Vitória teve operações suspensas. Cerca de 3 mil pessoas participaram das manifestações.

O Dia Nacional de Luta (30/08) na Grande Vitória reforçou mais uma vez o papel da unicidade sindical e dos movimentos populares na definição dos rumos do Brasil. Em pauta, o fim do fator previdenciário, educação de qualidade, redução da jornada de trabalho e o Projeto de Lei 4330, que amplia as terceirizações. A atividade contou com a participação de mais de 30 sindicatos e entidades populares, e foi organizada pelas centrais sindicais.

O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto,

destaca que o objetivo dos trabalhadores é, em essência, abrir negociação com o Governo Federal e o Congresso Nacional em torno de bandeiras de interesse da classe trabalhadora. “Vamos continuar lutando para que seja incluído os 10% do PIB para a Educação e a Saúde; valorização das aposentadorias e contra a precarização das condições de trabalho”, diz Rocha.

Terceirização. Para o diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes), Welligton Pereira, se aprovado, o nefasto projeto afetará, inclusive, os trabalhadores das universidades. “Vários cargos foram extintos na Ufes impossibilitando a realização de contratações por concurso público”, diz. Welligton lembra que esse processo tem gerado impacto significativo



Foto: Comunicação Adufes

A paralisação do dia 30 de Agosto foi organizada pelas centrais sindicais.

à estrutura da instituição. “A solução jamais será a terceirização”, garante.

Precarização é igual à terceirização. Estudo recente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que o terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas semanais a mais e ganha 27% menos do assalariado contratado

diretamente pela empresa. “Ou seja, a terceirização, que integra a ofensiva neoliberal, propicia um aumento dramático da taxa de exploração da classe trabalhadora”, afirma Rita de Cássia Lima, diretora do Sindibancários do ES.

O PL 4330 de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) deve ser votado até o final de setembro, na Câmara dos Deputados.

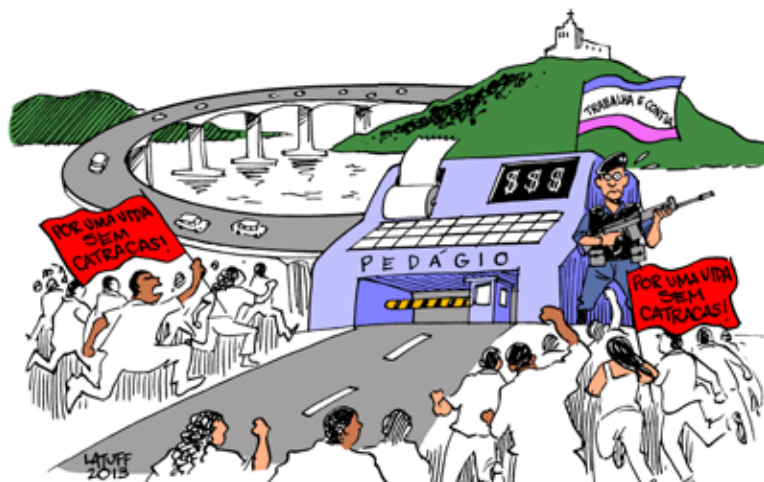
Campanha “Por uma vida sem catracas” aprova pautas de lutas

O Fórum Capixaba Popular, Sindical e Estudantil lançou no dia 27 de agosto a campanha “Por uma vida sem catracas”, no auditório do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, no Centro de Vitória. A campanha é uma síntese de indignações, vinda dos estudantes e dos trabalhadores. Na ocasião, diversas entidades destacaram a importância da campanha no Estado.

“Estamos denunciando, mais uma vez, as mazelas do Governo Casagrande. A catraca é um símbolo dos obstáculos com os quais lidamos no cotidiano. Ela limita o acesso à educação, à saúde

pública, ao lazer, à moradia e também o direito à mobilidade urbana”, afirma o representante do Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública, Marcos Nepomuceno.

O objetivo da campanha é dialogar com a sociedade e exigir que o governo do Estado atenda as demandas sociais. “A campanha também chama atenção para necessidade de garantir o fim do pedágio na terceira Ponte, símbolo da imobilidade e da especulação urbana, considerada também catraca”, destacou Naiara Abdalla, representante do Diretório Central dos Estudantes da Ufes.



No lançamento, foram aprovadas as pautas por melhoria da qualidade e diminuição do preço dos transportes coletivos; 10% do PIB para a educação e 10% do orçamento para a saúde pública;

revogação da Lei da EBSERH; anulação da Reforma da Previdência e fortalecimento do SUS; redução da jornada de trabalho e o arquivamento da Projeto de Lei 4330, que amplia as terceirizações.

Adufes divulga materiais de esclarecimentos sobre o Funpresp

Para fortalecer a Jornada de Luta contra o Funpresp, a Adufes está distribuindo uma cartilha e panfletos do Regime de Previdência Complementar. O material do Andes-SN, que foi reproduzido pela Adufes, visa alertar os docentes sobre os riscos de aderir ao fundo de previdência criado pelo governo federal.

As publicações mostram todos os danos irreparáveis que essa entidade pode causar à aposentadoria dos servidores públicos. A cartilha na versão PDF está disponível também no site da Adufes.

A professora Sara Granemann, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj), faz um alerta sobre o Fundo de Previdência Complementar. “Muitos pensam de forma equivocada que o projeto só atinge os novos servidores. Ledo engano. Ele atinge essencialmente os novos, mas também todo funcionalismo público federal”, afirma.

De acordo com a professora Sara, a adesão ao fundo de pensão por parte dos servidores que já estão na ativa é opcional, mas, uma vez feita, é irrevogável. “Pre-

cisamos convencer nossa base a não aderir ao fundo, pois a sedução do governo e a pressão para que isso aconteça serão grandes”, avisa.

Jornada de Luta. A ação contra o Funpresp foi deliberada no 58º Conad como estratégia para dar continuidade à implementação do plano de lutas do Sindicato Nacional para 2013, em específico em relação à defesa dos direitos à aposentadoria.



Plantão Jurídico e da Diretoria nos campi do interior, em outubro

No campus de São Mateus, os plantões serão nos dias 9 e 10. Já em Alegre, na semana seguinte, 16 e 17/10.

Para abrir mais um período letivo na Ufes o sindicato realiza, na primeira e segunda quinzenas do mês de outubro, mais um plantão jurídico e da diretoria nos campi do interior. Desta vez, as atividades irão ocorrer em dois dias, o que possibilitará aos associados mais tempo para tirar dúvidas sobre assuntos de interesse da categoria e obter informações sobre andamento de processos.

Durante os atendimentos, diretores da Adufes e o advogado do sindicato, Jerize Terciano de Almeida, estarão no local para informar sobre Carreira Docente, Fundo de Previdência Completar (Funpresp), reajustes da Unimed, entre outros. Além disso, os professores recém-contratados terão a oportunidade de filiar-se à entidade.

De acordo com o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, é importante que os docentes marquem presença nas atividades. “O espaço é aberto a queixas e denúncias sobre as condições de trabalho dos docentes nos campi. Os plantões também têm por objetivo aproximar a diretoria de sua base”, garante Rocha.

Carteirinhas da Adufes serão entregues nas residências dos associados

Professor, você que ainda não retirou a carteirinha sindical na Adufes, temos uma boa notícia. O sindicato está enviando o documento para as residências dos associados. Uma remessa com 200 carteirinhas segue junto do jornal mensal Fique por Dentro desse mês.

Inicialmente, a carteira sindical possibilita a entrada dos professores

em eventos da Adufes sem que haja a necessidade de apresentação de outros documentos de identificação.

Novas fotos. Quem ainda não tirou foto deve procurar a Comunicação do sindicato. A foto e a carteirinha são feitas sem nenhum custo adicional.

Docente, não deixe de adquirir o documento.

